
 <p><b>PODER JUDICIÁRIO</b> Tribunal de Justiça do Estado de Goiás</p>	<p><b>DECLARAÇÃO DE NÃO CONDENAÇÃO</b> <b>- RESIDÊNCIA JURÍDICA -</b></p>	 <p>150 anos TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS #EmConstanteEvolução</p>
---	---	---

**Nome social** (a ser preenchido pela(o) declarante que se identifica como trans, travesti ou transexual, tendo em vista o disposto na Resolução CNJ nº 270/2018):

Registrada(o) civilmente como:

E-mail:

Telefone(s) de contato com DDD:

**1ª declaração: DECLARO**, sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal), o seguinte:  
 **Ter** sido condenada(o) em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, no(s) seguinte(s) caso(s):  
 atos de improbidade administrativa  
 crime contra a administração pública  
 crime contra a incolumidade pública  
 crime contra a fé pública  
 crimes hediondos  
 crimes praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando  
 crimes de redução de pessoa à condição análoga à de escravo  
 crimes eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade  
 crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores  
 **Não ter** sido condenada(o) em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado em nenhum dos casos supracitados.

**2ª declaração: DECLARO**, sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal), o seguinte:  
 **Ter** praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público.  
 **Não ter** praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público.

**3ª declaração: DECLARO**, sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal), o seguinte:  
 **Ter** sido excluída(o) do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente.  
 **Não ter** sido excluída(o) do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente.

**4ª declaração: DECLARO**, sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal), o seguinte:  
 **Ter** tido contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente.  
 **Não ter** tido contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente.

Por ser expressão da verdade, firmo as declarações acima para que surtam os seus efeitos legais.

,  de  de .

Assinatura da(o) declarante